Geopolítica da reencarnação: tulkus ocidentais e a sobrevivência institucional do Budismo Tibetano

The geopolitics of reincarnation: Western tulkus and the institutional survival of Tibetan Buddhism

Luiz Cesar Pinto Ferraz Pimentel[1]

https://doi.org/10.23925/ua.v29i48.e76263

Resumo: Este artigo analisa a disputa sino-tibetana pela autoridade sucessória no Budismo Tibetano a partir da perspectiva da geopolítica da religião. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira a transnacionalização do reconhecimento de tulkus redefine a soberania tibetana diante dos mecanismos de controle religioso impostos pelo Estado chinês. Parte-se da hipótese de que o deslocamento progressivo do sistema reencarnatório para o Ocidente não constitui mero efeito colateral da diáspora e, sim, uma estratégia institucional deliberada de sobrevivência, voltada a neutralizar a pretensão de Pequim de converter a sucessão espiritual em ato administrativo estatal. Metodologicamente, o estudo combina análise bibliográfica e documental, articulando a leitura da Ordem Estatal n. 5, de 2007, declarações da liderança tibetana no exílio, o precedente do desaparecimento do 11º Panchen Lama e o estudo de caso do brasileiro Lama Michel. Argumenta-se que a internacionalização das linhagens opera como uma diáspora espiritual defensiva: move-se o centro de autenticação da autoridade para fora do território ocupado, tornando a legitimidade sucessória portátil, transnacional e menos vulnerável à captura chinesa. Conclui-se que a ocidentalização dos tulkus em vez de representar diluição doutrinária, opera como reengenharia institucional da tradição, por meio da qual o Budismo Tibetano preserva continuidade, autoridade e capacidade de reprodução em território livre.

Palavras-chave: Budismo tibetano; geopolítica da religião; tulkus ocidentais; diáspora; China.

1 Mestre em Ciência da Religião. 0009-0001-4436-4725, luizcesar10@gmail.com.

CC BY NC

Abstract: This article examines the Sino-Tibetan dispute over succession authority in Tibetan Buddhism through the lens of the geopolitics of religion. Its research problem is to understand how the transnationalization of tulku recognition redefines Tibetan sovereignty in the face of religious control mechanisms imposed by the Chinese state. The article advances the hypothesis that the progressive relocation of the reincarnation system to the West is not a mere by-product of diaspora, but a deliberate institutional strategy of survival designed to neutralize Beijing's attempt to convert spiritual succession into an administrative state act. Methodologically, the study combines bibliographic and documentary analysis, bringing together the 2007 State Order no. 5, statements by the Tibetan leadership in exile, the precedent set by the disappearance of the 11th Panchen Lama, and the case study of the Brazilian Lama Michel. It argues that the internationalization of lineages operates as a form of defensive spiritual diaspora: the center of authentication of authority is relocated outside occupied territory, making succession legitimacy portable, transnational, and less vulnerable to Chinese capture. The article concludes that the Westernization of tulkus does not amount to doctrinal dilution, but rather to an institutional reengineering of tradition through which Tibetan Buddhism preserves continuity, authority, and reproductive capacity in free territory.
Keywords: Tibetan buddhism; geopolitics of religion; western tulkus; diaspora; China.

Introdução

A sucessão do 14º Dalai Lama deixou de ser um tema exclusivamente litúrgico para se converter em um dos pontos mais sensíveis da geopolítica contemporânea da religião. Desde a incorporação do Tibete à República Popular da China, a partir de 1950, e, sobretudo, após o exílio de Tenzin Gyatso em 1959, a disputa pela continuidade institucional do Budismo Tibetano passou a se desenrolar em duas frentes inseparáveis: a territorial e a simbólica. De um lado, o Estado chinês consolidou sua presença político-administrativa sobre o Tibete; de outro, procurou enquadrar a autoridade religiosa sob mecanismos de vigilância, normatização e validação estatal (Goldstein, 1989; Shakya, 1999; Wang-Toutain, 2016).

O ponto mais agudo desse conflito reside no sistema de reconhecimento dos *tulku*s. Trata-se de uma estrutura sucessória central ao Budismo Tibetano, por meio da qual determinadas linhagens espirituais são mantidas pela identificação de reencarnações de mestres falecidos. Em contextos históricos relativamente estáveis, esse mecanismo garantiu continuidade doutrinária e institucional. Em contexto de ocupação, porém, transformou-se em campo de disputa por legitimidade. A pergunta já não é apenas quem renasce e, sim, quem tem autoridade para dizer quem renasceu.

O problema de pesquisa que orienta este artigo pode ser formulado nos seguintes termos: de que maneira a transnacionalização do reconhecimento de *tulku*s redefine a soberania tibetana diante dos mecanismos de controle religioso impostos pelo Estado chinês? Em lugar de abordar a expansão do Budismo Tibetano no Ocidente apenas como fenômeno de circulação religiosa, o presente texto propõe tratá-la como reconfiguração estratégica da legitimidade. A hipótese central é que o reconhecimento crescente de *tulku*s nas Américas e na Europa não representa apenas universalização religiosa, operando como estratégia institucional deliberada de sobrevivência, voltada a retirar o centro de autenticação da sucessão do espaço submetido à jurisdição de Pequim.

Essa hipótese se insere no campo da geopolítica da religião, entendido aqui como o estudo das articulações entre espacialidade, soberania, identidade e autoridade religiosa (Agnew, 2006; Kong, 2010). No caso tibetano, religião e política não constituem domínios

acidentalmente superpostos, mas historicamente combinados. A figura do Dalai Lama e o sistema *tulku* foram, por séculos, parte constitutiva do regime de continuidade religiosa e da organização político-social. Controlar a sucessão, portanto, significa interferir no mecanismo por meio do qual a tradição reproduz sua autoridade e projeta seu futuro.

Metodologicamente, o artigo articula análise bibliográfica e documental. O corpus documental concentra-se sobretudo na Ordem Estatal n. 5, de 2007, promulgada pela Administração Estatal de Assuntos Religiosos da China, bem como em pronunciamentos e formulações da liderança tibetana no exílio, especialmente a partir de 2011. O corpus bibliográfico reúne estudos sobre a história do Tibete moderno, o sistema *tulku*, a diáspora tibetana, a circulação do Budismo Tibetano no Ocidente e o caso específico de Lama Michel. O recorte é intencionalmente afunilado, por não pretender reconstituir toda a história do Budismo Tibetano e, sim, examinar o mecanismo político da reencarnação como ferramenta de resistência institucional.

Em termos de estrutura, o texto se organiza em seis movimentos. Primeiro, examina-se a relação entre geopolítica da religião, soberania e legitimidade espiritual. Depois, discute-se o sistema *tulku* como tecnologia institucional de continuidade. Em seguida, analisa-se a arquitetura legal chinesa voltada ao controle do sagrado. A quarta parte aborda a resposta tibetana, com ênfase na secularização estratégica, na reconfiguração da sucessão e na ascensão de *tulku*s ocidentais. A quinta mobiliza o caso de Lama Michel como evidência empírica da desterritorialização da legitimidade. Nas considerações finais, sustenta-se que a reencarnação, no contexto contemporâneo, tornou-se uma tecnologia de sobrevivência institucional do Budismo Tibetano.

1 Geopolítica da religião, soberania e legitimidade espiritual

A geopolítica da religião parte do reconhecimento de que tradições religiosas não são apenas universos simbólicos privados ou repertórios culturais abstratos. Elas operam como formas de produção de espaço, identidade e autoridade. Em vez de reduzir a religião a efeito secundário de disputas estatais, essa perspectiva a considera componente ativo da

formação de legitimidades, territorialidades e conflitos contemporâneos (Fox; Sandler, 2004; Agnew, 2006).

No caso tibetano, esse enquadramento é particularmente fértil. A tradição política do Tibete não se estruturou sob uma separação rígida entre o religioso e o secular, mas mediante o princípio de combinação entre ambos. A fórmula tibetana chos srid gnyis ldan, comumente associada à ideia de "religião e política combinadas", remete a um modelo em que a autoridade espiritual também possui densidade institucional e política (Goldstein, 1989; SamueL, 1993; Verhaegen, 2016). Nessa moldura, a sucessão do Dalai Lama ou de linhagens reencarnadas é componente da própria reprodução do corpo político tibetano, mais do que uma questão interna de crença.

A teoria clássica da soberania, vinculada à coincidência entre território, população e monopólio legítimo da força, torna-se insuficiente para explicar casos como o tibetano. A Administração Central Tibetana, sediada no exílio, não possui soberania territorial clássica. Ainda assim, conserva uma forma de autoridade legitimadora reconhecida por amplos segmentos da diáspora e por redes internacionais de apoio. Isso sugere que, no caso em exame, a soberania deve ser pensada como capacidade de autenticar continuidade, representar legitimamente a tradição e produzir autoridade reconhecida, mesmo na ausência de um Estado territorial soberano (Anand, 2008; McConnell, 2009).

É justamente nesse ponto que o sistema de reencarnação passa a ter peso geopolítico. Quem controla o reconhecimento do renascimento controla, em larga medida, a narrativa da continuidade. E quem controla a continuidade detém um recurso decisivo de poder simbólico. A disputa entre Pequim e Dharamsala, sede do governo tibetano no exílio, na Índia, portanto, não se resume a divergências doutrinárias. Trata-se de um conflito entre regimes rivais de legitimação: de um lado, o Estado chinês procura absorver o sagrado na sua gramática administrativa; de outro, a hierarquia tibetana no exílio procura preservar a sucessão como prerrogativa de sua própria cadeia de reconhecimento.

A literatura sobre geografia da religião ajuda a compreender esse deslocamento. Kong (2001; 2010) mostra que tradições religiosas, ao circularem, além de se expandirem, reconfiguram espacialidades e formas de pertencimento. O Budismo Tibetano, ao se redistribuir pela Índia, Europa e Américas, não apenas internacionaliza ensinamentos, produz

novos pontos de ancoragem institucional. Centros de *dharma*, mosteiros em exílio, redes de discípulos e linhagens reconhecidas fora do Tibete convertem-se em nós de autoridade. A religião deixa de depender exclusivamente do centro geográfico de origem e passa a operar em rede.

Essa transformação produz dois efeitos analíticos importantes. Primeiro, enfraquece a capacidade do Estado chinês de capturar toda a legitimidade a partir do controle territorial. Segundo, converte o problema da sucessão tibetana em questão transnacional. Quando a autoridade espiritual se distribui por múltiplos espaços, a disputa por sua autenticação deixa de ser assunto local e se torna tema de alcance global. A religião, nesse caso, é mais do que um objeto da geopolítica, sendo produtora de geopolítica.

A noção de legitimidade espiritual, por isso, precisa ser tratada aqui como categoria relacional. Não basta que uma autoridade seja legalmente reconhecida por um aparelho estatal; é necessário que seja percebida como continuidade válida por uma comunidade interpretativa, por uma hierarquia de mestres e por uma memória institucional acumulada. A relação entre tradição e reconhecimento torna-se, assim, inseparável do espaço em que tal reconhecimento pode ser exercido. A geopolítica da religião permite exatamente enxergar essa articulação entre mapa, dogma e poder.

Ao deslocar o foco da análise para a espacialização da autoridade religiosa, percebe-se que a questão tibetana envolve menos a oposição abstrata entre fé e política e mais a disputa concreta sobre onde e por quem a tradição pode continuar a se reproduzir. A soberania, aqui, aparece como capacidade de preservar a cadeia de autenticação da legitimidade. Essa capacidade pode sobreviver ao exílio, desde que a tradição mantenha acesso a espaços nos quais a sucessão não esteja juridicamente sequestrada pelo Estado adversário.

Essa perspectiva permite afastar uma leitura que trate a religião apenas como epifenômeno ideológico. No caso em estudo, a religião não aparece como mero verniz simbólico de uma disputa nacionalista previamente definida. O que se observa é que a própria gramática religiosa — reencarnação, linhagem, emanação, reconhecimento — constitui o terreno concreto da luta por continuidade. O Estado chinês reconhece isso e, por essa razão, busca normatizar o mecanismo sucessório. A tradição tibetana também o

reconhece e, por isso, desloca esse mecanismo para fora do espaço capturado.
É relevante notar que o exílio não produz apenas perda, reorganiza escalas de ação. A autoridade tibetana deixa de operar prioritariamente a partir de uma centralidade territorial e passa a depender de circulação, tradução e reconhecimento distribuído. Em termos geopolíticos, isso significa que uma tradição pode converter vulnerabilidade em recurso. Aquilo que começou como diáspora forçada transforma-se, pouco a pouco, em condição de possibilidade para uma legitimidade menos concentrada e, portanto, mais difícil de ser inteiramente sequestrada.

2 O sistema tulku como tecnologia institucional de continuidade

O sistema *tulku* ocupa lugar central na reprodução histórica do Budismo Tibetano. Em termos doutrinários, refere-se à possibilidade de continuidade de mestres por meio de reencarnações ou emanações reconhecidas. Em termos institucionais, porém, sua função é ainda mais decisiva: assegurar a permanência de linhagens, centros monásticos, patrimônios espirituais e redes de discípulos para além da morte biológica de um titular (Samuel, 1993; Lopez Jr., 1997).

Essa característica distingue o sistema de outras modalidades de sucessão. A autoridade não é transmitida por herança sanguínea nem por simples escolha administrativa. Ela emerge de um processo de reconhecimento mediado por sinais, testes, memórias, interpretações e confirmações emitidas por autoridades reconhecidas. Isso faz do *tulku* uma forma peculiar de continuidade institucional: o carisma é reencarnado, mas sua validação depende de uma complexa estrutura eclesiástica.

Em contextos históricos de estabilidade, esse mecanismo ajudou a garantir continuidade doutrinária e organizacional. Em contexto de ocupação, contudo, revelou-se um ponto de vulnerabilidade. Se a legitimidade da sucessão fica vinculada a território submetido a um Estado hostil, esse Estado pode tentar apropriar-se do processo e, assim,

fabricar uma continuidade política sob aparência religiosa. É justamente essa vulnerabilidade que o caso tibetano contemporâneo expõe com nitidez.

A China não precisa abolir a reencarnação para esvaziar a autonomia do Budismo Tibetano. Basta reivindicar o monopólio da validação. Em vez de suprimir o sistema, procura administrá-lo. Em vez de negar a tradição, tenta enquadrá-la. A autoridade religiosa deixa de operar como fonte relativamente autônoma e é rebaixada à condição de concessão estatal. A disputa, assim, não opõe religião pura a política externa, apresenta dois modos de institucionalizar a legitimidade.

Essa observação tem peso teórico relevante. O sistema *tulku* não pode ser lido apenas como crença exótica ou curiosidade cultural. Trata-se de uma tecnologia institucional de continuidade. Quando o Estado chinês investe sobre ela, o que procura capturar não é um detalhe ritual e, sim, o mecanismo pelo qual a tradição projeta seu futuro. Quando a hierarquia tibetana desloca esse sistema para fora do Tibete ocupado, além de espalhar mestres pelo mundo, reconfigura a geografia da autoridade.

O termo tecnologia institucional, empregado aqui, sem pretender secularizar por completo o fenômeno, procura evidenciar que a reencarnação possui uma operacionalidade organizacional. A tradição reconhece sinais espirituais, mas esse reconhecimento produz efeitos concretos: decide quem herda ensinamentos, quem representa determinada linhagem, quem responde por centros de estudo, quem atrai discípulos e quem conserva continuidade simbólica. A dimensão metafísica, nesse caso, convive com efeitos institucionais muito tangíveis.

Além disso, o sistema *tulku* sempre articulou escalas distintas de autoridade. Há uma escala local, vinculada a mosteiros e comunidades específicas; uma escala regional, ligada a escolas e tradições; e uma escala ampla, associada a figuras com peso civilizacional, como o Dalai Lama e o Panchen Lama. É justamente nessa última escala que a disputa com a China adquire intensidade geopolítica máxima. A captura de uma sucessão de grande alcance permite ao Estado adversário intervir não apenas numa comunidade religiosa, mas num símbolo condensador de identidade nacional e memória histórica.

Em síntese, o sistema *tulku* tornou-se campo estratégico porque condensa, simultaneamente, metafísica e poder, tradição e governança, memória espiritual e

reprodução institucional. A geopolítica da reencarnação nasce exatamente dessa intersecção. Quando o centro de reconhecimento se desloca, muda o mapa religioso e, também, o regime de continuidade da própria tradição.

A literatura especializada insiste que o reconhecimento de um *tulku* nunca foi operação puramente mecânica. Ele combina memória de discípulos, leitura de indícios, consultas a autoridades, interpretação de comportamentos infantis, identificação de objetos e validação por mestres seniores. Essa densidade processual ajuda a compreender por que o sistema produz legitimidade forte. Mais do que uma simples proclamação unilateral, trata-se de um reconhecimento progressivamente sedimentado na tradição.

É justamente essa densidade processual que entra em choque com a lógica estatal moderna. A burocracia prefere procedimentos padronizados, documentos verificáveis e soberania decisória centralizada. O sistema *tulku*, ao contrário, pressupõe cadeia de confiança religiosa e historicidade acumulada. A colisão entre ambos não é acidental. Ela revela a incompatibilidade entre um regime administrativo de autenticação e um regime eclesiástico de continuidade espiritual.

3 Metodologia e recorte analítico

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada por uma estratégia analítico-interpretativa. O objetivo não é produzir levantamento estatístico exaustivo sobre todos os *tulku*s reconhecidos no Ocidente e, sim, examinar como determinados documentos, eventos e casos exemplares permitem compreender a transnacionalização da sucessão como forma de resistência institucional.

O primeiro eixo metodológico é documental. Nele, destaca-se a leitura da Ordem Estatal n. 5, de 2007, da Administração Estatal de Assuntos Religiosos da China, documento central para a compreensão da tentativa chinesa de subordinar juridicamente o reconhecimento de reencarnações. Também se incluem declarações e formulações públicas da liderança tibetana no exílio, em especial a declaração do Dalai Lama de

2011 sobre sua sucessão e posicionamentos posteriores que reforçam a possibilidade de reconhecimento fora do Tibete e fora do controle de Pequim.

O segundo eixo é bibliográfico. Foram mobilizadas obras de referência sobre a história do Tibete moderno, a relação entre religião e política, o sistema *tulku*, a diáspora tibetana e a circulação do Budismo Tibetano no Ocidente. Entre os autores de base, destacam-se Goldstein, Shakya, Samuel, Lopez Jr., Anand, McConnell, Agnew, Kong e Usarski. Esses trabalhos oferecem instrumentos para interpretar tanto a dimensão histórica da ocupação chinesa quanto as implicações contemporâneas da internacionalização das linhagens.

O terceiro eixo é analítico-comparativo. Em vez de tratar os materiais de forma descritiva, o artigo os põe em tensão. De um lado, analisa-se o discurso normativo do Estado chinês, que burocratiza o sagrado e subordina a reencarnação à soberania estatal. De outro, examina-se a resposta tibetana, que desloca a legitimação para espaços transnacionais e reconfigura teologicamente a continuidade da linhagem. O interesse reside justamente nessa fricção entre dois regimes rivais de autoridade.

O quarto eixo é o estudo de caso. O caso do brasileiro Lama Michel é mobilizado não como curiosidade periférica, mas como evidência empírica da tese principal. Sua trajetória, seu reconhecimento e sua inserção no universo do Budismo Tibetano permitem demonstrar concretamente como a tradição consegue produzir legitimidade fora da etnia tibetana e fora do território controlado pela China. Trata-se, portanto, de um caso heurístico que não esgota o fenômeno e ilumina seu funcionamento.

Importa ainda explicitar o recorte negativo do trabalho. Não se buscou reconstituir, em chave panorâmica, a história integral do Budismo Tibetano, tampouco apresentar revisão extensiva sobre todas as escolas budistas do Tibete; nem se pretendeu discutir, de forma ampla, todo o debate epistemológico da Ciência da Religião. Esses temas aparecem apenas na medida em que ajudam a esclarecer o problema central. O foco permanece no mecanismo político da reencarnação como ferramenta de resistência institucional.

Do ponto de vista da estratégia argumentativa, a opção foi partir do nível mais visível da disputa — a legislação chinesa e o precedente do Panchen Lama — para então mostrar como a resposta tibetana deslocou a arena do conflito. O emprego do estudo de caso

ao final não funciona como ilustração solta, mas como teste empírico da hipótese. Se a legitimidade pode ser reconhecida em um corpo nascido fora do universo étnico tibetano e fora do território sob ocupação, então a tese da soberania portátil ganha densidade concreta.

Por fim, cabe registrar que o artigo privilegia coerência interna entre problema, fontes e conceito analítico. Em vez de multiplicar conceitos laterais, recorre-se a um núcleo interpretativo preciso: a noção de diáspora espiritual defensiva. Essa categoria é empregada para descrever uma dispersão que não é apenas efeito do exílio, mas também recurso deliberado de sobrevivência. A metodologia, nesse sentido, busca sustentar com documentação e bibliografia uma leitura que faça justiça à singularidade do caso tibetano.

A escolha por trabalhar com documentação oficial chinesa e com pronunciamentos da liderança tibetana responde a uma exigência metodológica de simetria. Não bastaria descrever a posição do exílio tibetano sem confrontá-la com o aparato normativo do Estado chinês; do mesmo modo, seria insuficiente reproduzir a norma estatal sem observar a contraestratégia religiosa que ela procurou neutralizar. A análise foi construída, portanto, em chave relacional, tomando cada lado como produtor de linguagem, autoridade e espacialidade.

No tratamento do estudo de caso, evitou-se a tentação de psicologizar a trajetória de Lama Michel ou de apresentá-la em registro hagiográfico. O interesse recai sobre a função institucional do caso e não sobre virtudes pessoais. O que se busca demonstrar é que uma biografia específica se torna analiticamente relevante porque permite observar, em escala reduzida, o funcionamento de um deslocamento mais amplo da legitimidade.

4 A captura administrativa do sagrado: China, Ordem n. 5 e o precedente do Panchen Lama

A tentativa do Estado chinês de enquadrar a sucessão religiosa em linguagem administrativa atinge formulação mais explícita na Ordem Estatal n. 5, de 2007, da Administração Estatal de Assuntos Religiosos. O documento estabelece que o reconhecimento de "Budas vivos" reencarnados deve ser submetido à aprovação estatal, obedecer à legislação vigente e realizar-se dentro de parâmetros definidos pelo próprio governo chinês. A reencarnação, assim, é convertida em matéria de administração pública (Administração Estatal de Assuntos Religiosos, 2007).

Essa normatização revela mais do que uma ingerência ocasional, expressa a pretensão de monopolizar juridicamente a produção da legitimidade espiritual. Ao subordinar a continuidade religiosa aos princípios de unidade estatal e ao vedar interferências externas, o Estado chinês projeta sua soberania territorial sobre a sucessão budista. O sagrado deixa de ser fonte concorrente de legitimidade e passa a ser tratado como objeto administrável.

A gravidade desse movimento não pode ser entendida sem o precedente do 11º Panchen Lama. Em 1995, Gedhun Choekyi Nyima foi reconhecido pelo Dalai Lama como reencarnação legítima, mas desapareceu pouco depois, sendo substituído por um candidato aprovado por Pequim. Como a tradição atribui ao Panchen Lama papel relevante na identificação do Dalai Lama, o episódio adquiriu dimensão estrutural: não se tratou apenas do controle de uma linhagem específica, mas de um ensaio para a captura da sucessão máxima do Budismo Tibetano (Shakya, 1999; Verhaegen, 2016).

A racionalidade desse processo é tipicamente estatal. Aquilo que não pode ser eliminado é submetido à disciplina. O Budismo Tibetano, em vez de simplesmente proibido, é monitorado, enquadrado e reformatado. Campanhas de "educação patriótica", controle sobre mosteiros, vigilância institucional e definição estatal do que seriam "atividades religiosas normais" integram esse mesmo arranjo (Goldstein, 1999). A Ordem n. 5 aparece, nesse contexto, como a culminação jurídica de uma estratégia mais ampla de governamentalização do sagrado.

Há aqui um paradoxo político notável: um Estado oficialmente ateu reivindica

a autoridade de certificar reencarnações budistas. Mas esse paradoxo não é mera curiosidade ideológica, evidencia um uso instrumental da religião. O Estado não precisa crer na reencarnação para tentar controlá-la. Basta reconhecer que ela é uma fonte relevante de coesão, pertencimento e legitimidade entre tibetanos. O controle do transcendente converte-se, assim, em tecnologia de dominação.

Uma das implicações mais severas desse processo está na transformação do critério de autenticidade. Em lugar de depender majoritariamente da cadeia eclesiástica de reconhecimento, a sucessão passa a exigir a mediação de um aparato jurídico-político estranho à própria tradição. A consequência é a estatização do dom. O governante não apenas tolera o sagrado; ele tenta decidir quando e como o sagrado pode ser validado publicamente. A continuidade religiosa torna-se um expediente passível de licença.

Tal arranjo interfere, inclusive, na temporalidade da tradição. O Budismo Tibetano lida com memória longa, linhagens, mestres e sucessões que atravessam gerações. O Estado moderno, ao contrário, busca reduzir essa duração a procedimentos administrativos imediatamente auditáveis. A disputa é, portanto, por regime de tempo, não apenas por autoridade. A tradição reivindica continuidade orgânica; o Estado impõe rastreabilidade burocrática. No entrechoque entre ambas, a reencarnação deixa de ser apenas doutrina e se converte em problema de soberania temporal.

A consequência decisiva para este artigo é clara. A partir do momento em que Pequim burocratiza a sucessão, a disputa deixa o plano estritamente teológico e se torna geopolítica. O problema já não é só quem renasce, mas quem tem autoridade para dizer quem renasceu. Isso significa perguntar quem controla o futuro institucional do Budismo Tibetano e por quais meios pretende fazê-lo.

A tentativa de submeter a sucessão a autorização governamental revela uma compreensão sofisticada, por parte do Estado chinês, do papel político das instituições religiosas no Tibete. Pequim não trata a reencarnação como superstição residual sem importância; trata-a como eixo de poder. A legislação de 2007, nesse sentido, funciona como reconhecimento implícito da força política da tradição. O problema, para o Estado, não é a existência da religião em si; é a possibilidade de que ela produza lealdades e legitimidades não inteiramente subordinadas à soberania estatal.

Há, ainda, uma dimensão performativa da norma. Ao editar uma ordem que pretende regular reencarnações, o Estado não apenas impõe restrições, encena publicamente sua autoridade sobre o campo religioso. A norma funciona como ato de soberania simbólica: afirma que até mesmo aquilo que diz respeito à continuidade espiritual só pode existir, legitimamente, se passar pelo crivo do poder estatal. Trata-se de uma pedagogia política da obediência aplicada ao sagrado.

Tal pedagogia atinge o cotidiano das instituições monásticas, não só as grandes lideranças. A incerteza sobre o que pode ou não ser dito, reconhecido ou celebrado produz autocensura, medo e retração. Nessa ambiência, a sucessão deixa de ser um processo orgânico e se converte em risco. O ambiente coercitivo reduz a viabilidade de reconhecimento livre dentro do Tibete ocupado e, por isso mesmo, fortalece a racionalidade do deslocamento para espaços nos quais a cadeia sucessória possa operar sem tutela adversária.

5 A resposta tibetana: secularização estratégica, emanação e soberania portátil

A liderança tibetana no exílio não respondeu à tentativa chinesa de captura da sucessão apenas com denúncia diplomática. Sua reação foi mais profunda: alterou a própria arquitetura institucional da continuidade. Em 2011, o Dalai Lama retirou-se formalmente das funções políticas, transferindo a autoridade temporal para dirigentes eleitos da Administração Central Tibetana. Esse gesto foi frequentemente interpretado como democratização ou secularização. No entanto, no contexto da disputa sucessória, ele pode ser compreendido de maneira mais precisa como secularização estratégica (McConnell, 2012).

Ao dissociar a chefia espiritual da administração política cotidiana, o exílio tibetano reduziu a possibilidade de que a sucessão religiosa fosse capturada como simples troféu de poder estatal. A religião não foi retirada da vida pública tibetana. O que ocorreu foi uma redistribuição de funções voltada a blindar a autoridade espiritual. Em vez de enfraquecer a tradição, a reforma procurou preservá-la diante de um ambiente hostil.

Ainda mais decisiva foi a inflexão sucessória enunciada pelo Dalai Lama no mesmo período. Ao afirmar que sua continuidade poderia ocorrer não apenas por reencarnação clássica, mas também por emanação, e ao abrir a possibilidade de que o sucessor fosse reconhecido fora do Tibete, a liderança tibetana promoveu uma verdadeira reengenharia da legitimidade. Não se tratou de abandono da tradição, mas de reinterpretação defensiva de seus próprios mecanismos.

Essa manobra permite compreender a ideia de soberania portátil. Sem Estado soberano, sem controle territorial sobre Lhasa e sem domínio sobre o espaço histórico de origem, a tradição tibetana recompõe autoridade pela manutenção da sua cadeia de autenticação. A soberania, nesse caso, já não coincide com fronteira. Ela coincide com a capacidade de dizer validamente quem continua a linhagem. Em outras palavras, o exílio desloca o centro da legitimidade de um território ocupado para uma rede transnacional de reconhecimento.

Tal deslocamento pode ser descrito, em chave analítica, como transferência do "código-fonte" da linhagem para fora do alcance do Estado ocupante. A metáfora é útil porque torna visível a diferença entre controlar o hardware territorial e controlar o software da legitimidade. A China busca capturar a sucessão por meio do domínio do espaço físico e da legislação. A resposta tibetana consiste em mover o núcleo de autenticação para fora desse perímetro. Se a continuidade passa a ser reconhecida no "mundo livre", a norma chinesa perde eficácia sobre o caso decisivo.

A reafirmação posterior, em declarações recentes e em publicações de Tenzin Gyatso, de que seu sucessor deverá surgir fora do controle chinês radicaliza esse movimento (Gyatso, 2025). A mensagem é institucionalmente inequívoca: o reconhecimento válido não decorrerá da aplicação da Ordem n. 5 e, sim, da autoridade livre da linhagem no exílio. A resposta tibetana não anula a norma chinesa no plano jurídico chinês; ela a neutraliza por deslocamento do seu objeto central.

Essa estratégia produz efeitos na percepção internacional da causa tibetana. Ao retirar o futuro da sucessão do enquadramento estritamente territorial imposto por Pequim, a liderança no exílio recusa a narrativa segundo a qual o Tibete seria questão meramente doméstica. A sucessão passa a ser acompanhada como disputa global por legitimidade,

não só como episódio religioso. O espaço do conflito deixa de ser apenas Lhasa e se amplia para Dharamsala, para as diásporas e para as arenas internacionais de direitos humanos e liberdade religiosa.

Em síntese, a resposta tibetana mostra que tradições religiosas sob pressão estatal não sobrevivem apenas por resistência passiva, preservando formas herdadas de maneira imutável. Elas também sobrevivem por capacidade de reorganizar seus próprios dispositivos de continuidade. No caso tibetano, essa reorganização é particularmente sofisticada porque opera por dentro da tradição e não contra ela. É uma reforma defensiva do mecanismo sucessório, orientada pela necessidade de impedir a captura da autenticidade.

Ao reinterpretar a sucessão, a liderança tibetana evita cair na armadilha de uma defesa puramente conservadora. Uma estratégia que insistisse em reproduzir o mecanismo sucessório exclusivamente nos termos anteriores à ocupação acabaria por entregar o processo ao campo de ação do Estado chinês. A inovação exílica, portanto, não é sinal de ruptura com a tradição, mas de inteligência institucional. Preserva-se o princípio da continuidade ao mesmo tempo em que se altera sua geometria política.

Essa inteligência institucional torna-se ainda mais visível quando se considera que a reforma não eliminou a autoridade simbólica do Dalai Lama. Ao contrário, preservou-a e até a reforçou, pois passou a distingui-la mais nitidamente da administração política cotidiana. O líder espiritual deixa de ser facilmente reduzido a chefe de governo em exílio e se afirma como centro de legitimação religiosa transnacional. Em vez de diminuir o peso da tradição, a secularização estratégica torna sua autoridade menos vulnerável ao tipo de captura que Pequim pretendia operar.

A categoria de soberania portátil resume esse rearranjo porque destaca a mobilidade sem sugerir desmaterialização completa. A legitimidade não vira abstração sem suporte; ela se apoia em instituições, mosteiros, fundações, centros de estudos e comunidades diaspóricas. O que muda é o fato de que esses suportes deixam de coincidir com um único território nacional. A tradição continua encarnada, mas em múltiplos lugares. É essa multiplicidade que dificulta o sequestro integral da sucessão.

6 *Tulkus* ocidentais e a diáspora espiritual defensiva

A expansão de *tulku*s no Ocidente constitui a evidência sociológica mais clara desse deslocamento estratégico. Ao longo das décadas de exílio, o Budismo Tibetano deixou de concentrar sua reprodução institucional apenas no espaço himalaio e passou a reconhecer mestres reencarnados em países europeus e americanos. O ponto central não é a simples presença budista no Ocidente; é o fato de que a legitimidade sucessória começou a se ancorar, também, em corpos, instituições e comunidades fora da etnia tibetana e fora do território historicamente central da tradição.

Esse fenômeno não deve ser lido como exotização nem como celebração multicultural. Seu sentido institucional é mais profundo. Cada *tulku* reconhecido em território livre reduz a dependência da sucessão em relação ao espaço submetido ao Estado chinês. A diáspora deixa de ser apenas consequência da violência política e se converte em infraestrutura de resiliência. Em vez de dispersão passiva, há redistribuição estratégica da autoridade.

A expressão "diáspora espiritual defensiva" parece particularmente adequada para nomear esse processo. O Budismo Tibetano não está apenas se difundindo; está se defendendo por meio da difusão. Sua internacionalização não é descolada da ameaça geopolítica, sendo uma resposta a ela. Se o centro histórico foi capturado, a continuidade precisa ser descentralizada. A tradição não abandona seu passado tibetano, mas impede que esse passado seja aprisionado num território sob tutela alheia.

Esse deslocamento produz ainda um efeito político externo importante. Quando linhagens espirituais passam a ter rostos e vozes nascidos no Canadá, na Espanha, no Brasil e em outros países, a narrativa chinesa de que o Tibete seria assunto doméstico torna-se mais frágil. A sucessão deixa de parecer questão local e se torna tema de atenção internacional. A legitimidade tibetana, ao operar em rede transnacional, internacionaliza a sua própria disputa.

A literatura sobre transplantações religiosas ajuda a qualificar esse quadro. Processos de circulação normalmente envolvem tradução, reacomodação cultural, hibridização e ressignificação. No caso dos *tulku*s ocidentais, esses elementos existem, mas não esgotam

a análise. A questão principal é que a transplantação não se dá apenas para ampliar a audiência do *dharma*; ela se converte em mecanismo de continuidade institucional em ambiente hostil. O Ocidente não é apenas novo mercado religioso ou novo campo missionário: é também território de preservação estratégica.

A discussão sobre legitimidade, nesse ponto, torna-se mais complexa. O reconhecimento de um *tulku* fora da etnia tibetana poderia ser interpretado como risco de enfraquecimento da ortodoxia. No entanto, a própria persistência de protocolos tradicionais de identificação e formação mostra que a tradição busca separar duas coisas: de um lado, o lugar de nascimento e a matriz cultural de recepção; de outro, a autenticidade da linhagem. A desterritorialização não implica necessariamente relativização completa dos critérios internos. Ao contrário, pode exigir sua reafirmação justamente para que o deslocamento seja reconhecido como legítimo.

Do ponto de vista geopolítico, o efeito acumulativo desse processo é significativo. Quanto mais a tradição distribui sua capacidade de reconhecimento por territórios livres, menos eficaz se torna a tentativa chinesa de reduzir a sucessão à sua própria jurisdição. A autoridade tibetana não desaparece com a perda do território; ela se reencena em múltiplos pontos. Em lugar de centro único, forma-se uma ecologia distribuída de legitimidade. Nesse sentido, a ocidentalização dos *tulku*s significa sua forma contemporânea de autodefesa institucional, não o desvio da tradição. O Budismo Tibetano preserva sua continuidade não apesar da dispersão, mas por meio dela. O território foi ocupado; o mecanismo de reprodução da autoridade, não completamente.

Também não se deve ignorar que o reconhecimento de *tulku*s ocidentais introduz novos desafios internos. A circulação do Budismo Tibetano em contextos não tibetanos expõe a tradição a traduções parciais, expectativas individualistas, apropriações seletivas e pressões do mercado religioso. Esses elementos existem e não podem ser romantizados. Ainda assim, do ponto de vista da continuidade institucional, a questão central permanece: mesmo atravessada por negociações culturais, a linhagem continua encontrando meios de produzir autenticação fora do perímetro de controle chinês.

A emergência desses novos sujeitos religiosos reconfigura ainda a própria ideia de centro. Em vez de imaginar a tradição a partir de um único polo irradiador e vários

polos receptores passivos, torna-se mais adequado pensar em uma rede assimétrica de circulação. Dharamsala permanece relevante como lugar de memória e coordenação, mas a vitalidade institucional passa também por centros espalhados em outros continentes. Essa plurilocalidade não elimina hierarquias, porém impede que a continuidade fique refém de uma única geografia política.

Nesse quadro, a diáspora espiritual defensiva deve ser entendida menos como metáfora do deslocamento e mais como descrição de uma arquitetura de sobrevivência. A rede diaspórica abriga transmissão doutrinária, formação de quadros, apoio financeiro, tradução cultural e validação da autoridade. Ao fazer isso, converte a dispersão em estrutura. O que se desloca não é só a população crente, mas o próprio circuito pelo qual a legitimidade se reproduz.

7 Lama Michel e a desterritorialização da legitimidade

O caso do brasileiro Lama Michel oferece um exemplo particularmente eloquente dessa reconfiguração. Nascido em São Paulo, Michel Calmanowitz foi reconhecido como reencarnação de Drubchok Rinpoche e inserido em formação monástica e filosófica rigorosa, em contato direto com a tradição tibetana. Seu caso é relevante não por singularidade biográfica, mas porque materializa, em escala concreta, a possibilidade de continuidade legítima fora da etnia tibetana e fora do território controlado pela China (Usarski, 2004; Usarski, 2005).

Um primeiro aspecto importante diz respeito ao procedimento de reconhecimento. Longe de representar adaptação simplificada do Budismo para o público ocidental, o caso apoia-se em protocolos tradicionais de validação. Isso lhe confere inteligibilidade interna diante da própria tradição e impede que a desterritorialização seja confundida com invenção arbitrária. O *tulku* ocidental não vale porque é ocidental; vale porque é reconhecido como continuidade legítima por autoridades aptas a fazê-lo.

Um segundo aspecto envolve sua função hermenêutica. Conforme observa Usarski (2004), um *tulku* ocidental pode operar como mediador entre universos culturais distintos,

reduzindo a distância simbólica entre a linguagem budista tibetana e públicos formados em matrizes ocidentais. Essa mediação não é secundária. Ela ajuda a transformar a tradição em presença inteligível fora do seu espaço original, sem dissolver sua densidade doutrinária.

Um terceiro aspecto, decisivo para este artigo, é a função de autenticação transnacional. O reconhecimento de Lama Michel demonstra que a linhagem segue capaz de produzir validade fora da órbita de Pequim. Em termos geopolíticos, isso importa mais do que sua nacionalidade. O caso prova que a autoridade espiritual tibetana pode sobreviver sem solo soberano próprio, desde que preserve sua cadeia de reconhecimento. A tradição não depende mais da coincidência necessária entre corpo, etnia, território e legitimidade.

É nesse ponto que ganha rendimento analítico a metáfora entre hardware e software. O hardware muda: muda a nacionalidade, a língua materna, o ambiente cultural. O software permanece: a linhagem, a transmissão, a memória institucional do reconhecimento. Lama Michel demonstra que a continuidade está atrelada à rede que valida a sucessão, sem estar presa ao território histórico. Sua existência funciona, assim, como prova empírica da soberania portátil da tradição tibetana.

O caso também recoloca em novos termos a discussão sobre transplantações religiosas. Em muitos contextos, a circulação global de religiões é analisada sobretudo em termos de adaptação, hibridização ou tradução cultural. Tudo isso está presente aqui. Mas o caso estudado sugere um passo além: a transplantação pode ser uma manobra de sobrevivência institucional diante da tentativa de captura política do centro de origem. O Budismo Tibetano se desloca não apenas porque circula, mas porque precisa garantir continuidade em território livre.

Há ainda um aspecto importante para a recepção pública. Um lama reconhecido no Brasil reduz a distância imaginária entre a tradição tibetana e o público latino-americano. O Budismo deixa de aparecer apenas como tradição remota dos Himalaias e se torna experiência situada, com voz local e pertencimento concreto. Esse efeito não é apenas pedagógico. Ele amplia a base social de reconhecimento da causa tibetana e reforça a internacionalização da sua legitimidade.

Por isso, Lama Michel não deve ser lido como exceção curiosa ou nota de rodapé no processo global de expansão budista. Seu caso é analiticamente decisivo porque

demonstra, em miniatura, o argumento geral do artigo. Se a tradição pode reconhecer e formar um *tulku* brasileiro sem perder continuidade interna, então a legitimidade espiritual tibetana já não depende de coincidir com a geografia política controlada pela China. O centro da autoridade tornou-se móvel, e essa mobilidade é uma forma de resistência.

A relevância do caso brasileiro aumenta quando se considera a distância histórica e cultural entre o universo tibetano e a sociedade de origem do lama reconhecido. Quanto maior a distância, mais eloquente se torna o fato de que a linhagem conseguiu se afirmar de modo inteligível. Isso significa que a transmissão depende da capacidade institucional de formar, validar e integrar um novo titular no interior de cada cadeia reconhecível, sem precisar de continuidade étnica direta. A desterritorialização, nesse sentido, é também desetnização parcial da legitimidade.

Ao mesmo tempo, a formação de Lama Michel mostra que a tradição não abriu mão do esforço de aprendizagem. O reconhecimento não substitui o trabalho formativo; ele o inaugura. A autoridade só se consolida porque o sujeito reconhecido é submetido a um longo processo de inserção no universo monástico, filosófico e ritual da linhagem. Isso demonstra que o Budismo Tibetano não resolve a crise sucessória pela flexibilização pura e simples, mas pela combinação entre deslocamento geográfico e rigor formativo.

Há ainda um ponto de ordem pública e simbólica. Em contextos como o brasileiro, onde o Budismo Tibetano ocupa posição minoritária, a presença de um lama nativo funciona como operador de tradução do próprio conflito tibetano. A sucessão, o exílio, a repressão chinesa e a questão da legitimidade deixam de ser temas abstratos e distantes. Ganhando mediação local, tornam-se mais compreensíveis, mais comunicáveis e potencialmente mais mobilizadores. O caso individual, assim, reforça a internacionalização da disputa coletiva.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu sustentar que a transnacionalização do reconhecimento de *tulku*s redefine a soberania tibetana ao deslocar a fonte efetiva da legitimidade sucessória para fora do alcance do Estado chinês. A sucessão do Dalai Lama e de grandes linhagens reencarnadas não pode ser tratada como assunto exclusivamente litúrgico. Ela constitui arena decisiva da geopolítica da religião, na qual se confrontam dois regimes rivais de autoridade: o estatal-burocrático e o eclesiástico-transnacional.

A Ordem Estatal n. 5, de 2007, mostrou de forma inequívoca o projeto chinês de converter a reencarnação em expediente administrativo. O precedente do 11º Panchen Lama revelou que esse projeto é operacional, não apenas normativo. Ao mesmo tempo, a resposta da liderança tibetana no exílio demonstrou que a tradição dispõe de capacidade de reengenharia institucional. A secularização estratégica da chefia política, a flexibilização da gramática da sucessão e a reafirmação do reconhecimento em território livre compõem uma contraofensiva sofisticada à pretensão de Pequim de monopolizar o futuro espiritual do Tibete.

Nesse arranjo, os *tulku*s ocidentais ocupam posição central. Eles não são simples efeito colateral da expansão budista, mas parte de uma racionalidade de preservação. Sua existência redistribui a autoridade em escala global e reduz a dependência institucional em relação ao território ocupado. A diáspora, assim, deixa de ser apenas exílio e passa a funcionar como infraestrutura de continuidade.

O caso de Lama Michel torna visível essa transformação. Ele mostra que a linhagem pode sobreviver fora da etnia tibetana, fora do território tibetano e fora da jurisdição chinesa, desde que permaneça intacta a cadeia de validação. Em outras palavras, a causa tibetana pode seguir sem território soberano, mas não sem legitimidade reconhecida. É por isso que a disputa sucessória importa tanto. Ali se decide não apenas quem liderará uma tradição religiosa e, sim, qual lógica prevalecerá: a do Estado que busca capturar o sagrado ou a da tradição que torna sua autoridade portátil para sobreviver.

Se o século XX foi o século do exílio tibetano, o século XXI parece ser o da redistribuição estratégica da sua legitimidade. A fé, nesse contexto, não abandonou a política. Tornou-

se uma de suas formas mais refinadas de resistência institucional. A reencarnação, longe de residir apenas no campo da crença privada, reaparece como dispositivo por meio do qual uma tradição sem Estado territorial pleno procura impedir que o seu futuro seja decidido por um aparato que ocupa o espaço, mas não controla sozinho a memória e o reconhecimento que sustentam a continuidade.

Desse modo, a principal contribuição deste artigo consiste em propor que a geopolítica da reencarnação deve ser lida como problema central da Ciência da Religião quando a autoridade espiritual se torna objeto de disputa soberana. O caso tibetano demonstra que a religião não se limita a reagir a processos geopolíticos externos. Ela própria produz soluções espaciais, institucionais e simbólicas para sobreviver a eles. Ao mover a sucessão para uma rede transnacional de territórios livres, o Budismo Tibetano transforma sua tradição em mecanismo de futuro.

Em consequência, a geopolítica da reencarnação não deve ser vista como tema marginal ou extravagante no campo das Ciências da Religião. Ela oferece um laboratório privilegiado para observar como tradições religiosas respondem a formas intensas de pressão estatal sem se limitarem ao repertório da resistência moral. O caso tibetano mostra uma solução institucional concreta: dispersar os nós de autenticação, reconfigurar a sucessão e transformar a mobilidade em defesa.

A partir deste estudo, é possível afirmar que a internacionalização da legitimidade religiosa tem efeitos que ultrapassam o universo estritamente devocional. Ela influencia agendas diplomáticas, direitos culturais, debates sobre liberdade religiosa e percepções públicas internacionais sobre a questão tibetana. Quando a autoridade se desloca para uma rede global, o conflito deixa de poder ser completamente confinado pelo Estado ocupante. A religião, nesse sentido, amplia o campo de visibilidade política da causa tibetana.

Por fim, o artigo sugere uma agenda de pesquisa para além deste recorte. Seria produtivo comparar o caso tibetano com outras tradições religiosas em que sucessão, território e autoridade entram em tensão sob regimes estatais fortes. Também seria relevante mapear empiricamente, com maior amplitude, as redes de *tulku*s reconhecidos no Ocidente e seus efeitos institucionais. Tais desdobramentos, contudo, não alteram a

conclusão principal aqui defendida: a sobrevivência do Budismo Tibetano depende, cada vez mais, de sua capacidade de manter a legitimidade em movimento.

Referências

AGNEW, John. Religion and geopolitics. *Geopolitics*, London, v. 11, n. 2, p. 183-191, 2006.

ANAND, Dibyesh. *Geopolitical exotica:* Tibet in Western imagination. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

CHINA. State Administration for Religious Affairs. Order no. 5, July 18, 2007. Management measures for the reincarnation of living Buddhas in Tibetan Buddhism. Beijing: SARA, 2007.

DALAI LAMA. *Reincarnation*. Dharamshala: Office of His Holiness the Dalai Lama, 2011. Disponível em: https://www.dalailama.com/messages/retirement-and-reincarnation/reincarnation. Acesso em: 13 abr. 2026.

DALAI LAMA. *A voz de uma nação*: mais de sete décadas de luta contra a China por minha terra e meu povo. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2025.

FOX, Jonathan; SANDLER, Shmuel. *Bringing religion into international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

GOLDSTEIN, Melvyn C. *A history of modern Tibet, 1913-1951:* the demise of the Lamaist state. Berkeley: University of California Press, 1989.

GOLDSTEIN, Melvyn C.; KAPSTEIN, Matthew T. (ed.). *Buddhism in contemporary Tibet:* religious revival and cultural identity. Delhi: Motilal Banarsidass, 1999.

KONG, Lily. *Mapping "new" geographies of religion:* politics and poetics in modernity. *Progress in Human Geography*, London, v. 25, n. 2, p. 211-233, 2001.

KONG, Lily. Global shifts, theoretical shifts: changing geographies of religion. *Progress in Human Geography*, London, v. 34, n. 6, p. 755-776, 2010.

LOPEZ JR., Donald S. (ed.). *Religions of Tibet in practice*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MCCONNELL, Fiona. *Democracy-in-exile:* the "uniqueness" and limitations of exile Tibetan democracy. *Sociological Bulletin*, New Delhi, v. 58, n. 1, p. 115-144, 2009.

MCCONNELL, Fiona. The geopolitics of Buddhist reincarnation: contested futures of Tibetan leadership. *Area*, London, v. 45, n. 2, p. 162-169, 2013.

NORAS, José Raimundo. *O Tibete entre impérios*: formação e sobrevivência de uma identidade cultural: ensaio bibliográfico. *Ler História*, Lisboa, n. 69, p. 125-137, 2016.

SAMUEL, Geoffrey. *Civilized shamans:* Buddhism in Tibetan societies. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1993.

SHAKYA, Tsering. *The dragon in the land of snows:* a history of modern Tibet since 1947. New York: Columbia University Press, 1999.

USARSKI, Frank. *"Lama Michel"* – ein westlicher *tulku* und seine Funktionen innerhalb der Lama-Gangchen-Bewegung. *Zeitschrift für Religionswissenschaft*, Marburg, v. 12, n. 1, p. 23-42, 2004.

USARSKI, Frank. Re(making) tradition in an international Tibetan Buddhist movement: a lesson from Lama Gangchen and Lama Michel. *In*: ENGLER, Steven; GRIEVE, Gregory P. (ed.). *Historicizing "tradition" in the study of religion*. Berlin: Walter de Gruyter, 2005. p. 345-356.

VERHAEGEN, Ardy. *The Dalai Lamas:* the institution and its history. New Delhi: D. K. Printworld, 2002.

Submetido em 06/05/2026
Aprovado em 02/08/2026